

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIÇOSA/RN

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de motocicleta nova, zero quilômetro, com no mínimo 160 cilindradas, acompanhada de baú traseiro de alta durabilidade, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Viçosa, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Material	Unid. medida	Qtde
1	<p>12327 - MOTOCICLETA 160 CILINDRADAS COM BAÚ</p> <p>Motocicleta nova, zero quilômetro, ano/modelo igual ou superior ao da contratação, devendo possuir, no mínimo, as seguintes características técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Motorização monocilíndrica, 4 tempos;• Cor: Branca;• Cilindrada mínima de 160 cm³;• Sistema de alimentação por injeção eletrônica;• Combustível: gasolina e/ou etanol;• Potência mínima de 14 CV;• Torque mínimo de 1,3 kgf.m;• Sistema de partida elétrica;• Transmissão mínima de 5 velocidades;• Sistema de arrefecimento a ar ou superior;• Freios dianteiro e traseiro a disco;• Suspensão dianteira telescópica ou tecnologia equivalente/superior;• Painel de instrumentos contendo, no mínimo, velocímetro, marcador de combustível e hodômetro;• Sistema elétrico compatível com bateria de 12V;• Farol dianteiro em LED ou tecnologia equivalente/superior;• Capacidade mínima do tanque de combustível de 12 litros;• Altura mínima do solo compatível com utilização urbana e rural;• Rodas aro mínimo 18”;• Pneus adequados ao modelo ofertado, conforme especificação do fabricante;• Capacidade para transporte de 02 (duas) pessoas;• Chassi tipo diamond frame, tubular ou equivalente;• Cor sólida;• Equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB e demais normas do CONTRAN;• Garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, prestada pelo fabricante ou concessionária autorizada. <p>A motocicleta deverá ser acompanhada de baú/bauleto traseiro novo, com capacidade mínima de 80 litros, confeccionado em plástico injetado, polietileno de alta densidade (PEAD) ou material equivalente de alta durabilidade, resistente a impactos e às condições climáticas, instalado em suporte compatível com o modelo da motocicleta ofertada, acompanhado de sistema de fechamento com chave e todos os itens necessários à sua perfeita fixação e utilização. A motocicleta deverá ser entregue devidamente emplacada, licenciada e adesivada, conforme identificação visual a ser fornecida pela Administração, atendendo integralmente às normas de segurança, ambientais e de circulação vigentes no país.</p>	Unidade	1

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº Decreto Municipal n.º 003, de 17 de janeiro de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 1.4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento
- 1.5. O instrumento de contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de fortalecimento das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, considerando a crescente demanda por deslocamentos rápidos e contínuos para atendimento das atividades administrativas, operacionais e assistenciais realizadas no âmbito da saúde pública municipal.
- 2.2. A aquisição de motocicleta com no mínimo 160 cilindradas, equipada com baú traseiro de alta durabilidade, visa proporcionar maior agilidade, economicidade e eficiência nos deslocamentos realizados pelos servidores e profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, especialmente em serviços externos, entrega e coleta de documentos, transporte de pequenos materiais, apoio às equipes de atenção básica, acompanhamento de demandas administrativas e demais atividades correlatas.
- 2.3. A utilização de motocicleta apresenta-se como solução adequada diante da necessidade de mobilidade urbana eficiente, sobretudo em deslocamentos de curta e média distância, permitindo redução no consumo de combustível, menor custo de manutenção e maior rapidez na execução dos serviços públicos, quando comparada à utilização de veículos de maior porte.
- 2.4. Além disso, o baú traseiro possibilitará o transporte seguro de documentos, medicamentos, materiais de pequeno porte e outros insumos necessários ao desempenho das atividades da Secretaria, garantindo melhores condições de organização, segurança e preservação dos itens transportados.
- 2.5. Dessa forma, a aquisição pretendida atende ao interesse público, contribuindo diretamente para a melhoria da logística operacional da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando maior eficiência na prestação dos serviços públicos ofertados à população.
- 2.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme item: 88 - CD.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços nesta contratação.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. Descrição da Solução como Um Todo

- 4.1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de motocicleta nova, zero quilômetro, com no mínimo 160 cilindradas, acompanhada de baú traseiro de alta durabilidade, destinada ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Viçosa/RN, visando proporcionar maior eficiência, economicidade, mobilidade e agilidade na execução dos serviços públicos de saúde, especialmente no deslocamento de servidores, transporte de pequenos materiais, documentos, insumos e apoio às atividades administrativas e operacionais desenvolvidas no âmbito municipal.
- 4.1.2. A solução proposta contempla o fornecimento integral de veículo motocicleta em perfeitas condições de uso, devidamente equipada, licenciada, emplacada e adesivada conforme identidade visual institucional a ser disponibilizada pela Administração, pronta para imediata utilização pela Secretaria Municipal de Saúde, atendendo às normas de trânsito, segurança veicular, eficiência operacional e durabilidade exigidas para uso contínuo em áreas urbanas e rurais do município.



- 4.1.3. A aquisição mostra-se necessária diante da crescente demanda por deslocamentos rápidos e contínuos das equipes vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, sobretudo em atividades de apoio administrativo, entrega de documentos, acompanhamento de serviços, suporte logístico às unidades de saúde, visitas técnicas, deslocamentos em regiões de difícil acesso e demais ações que exigem mobilidade eficiente e baixo custo operacional.
- 4.1.4. A utilização de motocicleta apresenta significativa vantagem operacional em comparação a veículos de maior porte, especialmente quanto à economicidade no consumo de combustível, menor custo de manutenção, maior facilidade de deslocamento em vias urbanas estreitas e estradas vicinais, além de proporcionar maior celeridade no atendimento das necessidades administrativas e operacionais da saúde pública municipal.
- 4.1.5. A motocicleta deverá possuir características técnicas compatíveis com utilização contínua, intensa e diversificada, assegurando desempenho adequado, resistência mecânica, segurança, estabilidade, conforto operacional e eficiência energética, observando padrões mínimos de qualidade capazes de atender satisfatoriamente às necessidades da Administração Pública.
- 4.1.6. Nesse contexto, foram estabelecidos requisitos técnicos mínimos indispensáveis, sem direcionamento de marca ou modelo específico, preservando a ampla competitividade do certame, nos termos da Lei nº 14.133/2021, garantindo, contudo, padrão mínimo de desempenho e qualidade compatível com o interesse público.

4.1.7. A motocicleta deverá possuir, no mínimo, as seguintes especificações técnicas:

- 4.1.7.1. Veículo novo, zero quilômetro;
- 4.1.7.2. Ano/modelo igual ou superior ao da contratação;
- 4.1.7.3. Motorização monocilíndrica, 4 tempos;
- 4.1.7.4. Cilindrada mínima de 160 cm³;
- 4.1.7.5. Sistema de alimentação por injeção eletrônica;
- 4.1.7.6. Combustível gasolina e/ou etanol;
- 4.1.7.7. Potência mínima de 14 CV;
- 4.1.7.8. Torque mínimo de 1,3 kgf.m;
- 4.1.7.9. Sistema de partida elétrica;
- 4.1.7.10. Transmissão mínima de 5 velocidades;
- 4.1.7.11. Sistema de arrefecimento a ar ou tecnologia superior;
- 4.1.7.12. Freios dianteiro e traseiro a disco;
- 4.1.7.13. Suspensão dianteira telescópica ou equivalente/superior;
- 4.1.7.14. Painel contendo, no mínimo, velocímetro, marcador de combustível e hodômetro;
- 4.1.7.15. Sistema elétrico compatível com bateria 12V;
- 4.1.7.16. Farol em LED ou tecnologia equivalente/superior;
- 4.1.7.17. Capacidade mínima do tanque de combustível de 12 litros;
- 4.1.7.18. Rodas aro mínimo 18”;



- 4.1.7.19. Pneus compatíveis com o modelo ofertado;
- 4.1.7.20. Capacidade para transporte de 02 pessoas;
- 4.1.7.21. Chassi tipo diamond frame, tubular ou equivalente;
- 4.1.7.22. Cor branca ou sólida;
- 4.1.7.23. Equipamentos obrigatórios conforme CTB e normas do CONTRAN;
- 4.1.7.24. Garantia mínima de 12 meses sem limite de quilometragem.

4.1.8. Além disso, a solução deverá contemplar o fornecimento de baú/bauleto traseiro novo, com capacidade mínima de 80 litros, confeccionado em plástico injetado, polietileno de alta densidade (PEAD) ou material equivalente de elevada resistência e durabilidade, adequado para suportar uso contínuo, impactos, exposição solar, chuvas e demais condições climáticas adversas.

4.1.9. O baú deverá possuir:

- 4.1.9.1. Sistema de fechamento com chave;
- 4.1.9.2. Estrutura resistente;
- 4.1.9.3. Suporte compatível com o modelo da motocicleta;
- 4.1.9.4. Fixação segura e adequada;
- 4.1.9.5. Todos os acessórios necessários à perfeita instalação e utilização.

4.1.10. A exigência do baú traseiro justifica-se pela necessidade de transporte seguro de documentos, materiais administrativos, pequenos equipamentos, medicamentos, insumos e demais objetos utilizados nas atividades da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo proteção, organização e praticidade durante os deslocamentos.

4.1.11. A solução também deverá observar integralmente os requisitos de segurança, eficiência, qualidade, ergonomia, resistência mecânica, disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica autorizada, assegurando melhores condições de uso, maior vida útil do equipamento e redução de custos futuros com manutenção corretiva.

4.1.12. Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente necessária e administrativamente vantajosa, contribuindo diretamente para o fortalecimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde, melhoria da prestação dos serviços públicos e maior eficiência no atendimento das demandas da população do Município de Viçosa/RN. Exigências Mínimas para o Fornecedor

4.1.13. A empresa fornecedora deverá atender integralmente às exigências legais, técnicas, fiscais e operacionais necessárias ao adequado fornecimento do objeto, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, das normas do CONTRAN e demais legislações aplicáveis.

4.1.14. Constituem exigências mínimas para habilitação e execução contratual:

- 4.1.14.1. Comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, mediante apresentação da documentação exigida pela Lei nº 14.133/2021;
- 4.1.14.2. Comprovação de inscrição e situação regular junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, compatível com o objeto da contratação;



- 4.1.14.3. Apresentação de atividade econômica compatível com comércio, fornecimento ou revenda de motocicletas e acessórios automotivos;
- 4.1.14.4. Apresentação de declaração de que a motocicleta ofertada é nova, zero quilômetro, sem uso anterior, não remanufaturada, não reconcondicionada e livre de quaisquer ônus ou restrições;
- 4.1.14.5. Garantia mínima de 12 (doze) meses para a motocicleta e seus componentes, sem limite de quilometragem, prestada pelo fabricante ou por concessionária autorizada;
- 4.1.14.6. Garantia mínima contra defeitos de fabricação do baú/bauleto traseiro e de seus sistemas de fixação;
- 4.1.14.7. Comprovação de que o veículo atende às normas ambientais, de segurança e de circulação vigentes no país;
- 4.1.14.8. Entrega da motocicleta devidamente emplacada, licenciada e registrada em nome do Município de Viçosa/RN, sem quaisquer custos adicionais para a Administração;
- 4.1.14.9. Realização da instalação completa do baú/bauleto traseiro, incluindo suportes, bases, parafusos e demais acessórios necessários à perfeita fixação e utilização;
- 4.1.14.10. Disponibilização de manual do proprietário, chave reserva, certificado de garantia e demais documentos obrigatórios fornecidos pelo fabricante;
- 4.1.14.11. Disponibilização de rede de assistência técnica autorizada localizada, preferencialmente, no Estado do Rio Grande do Norte ou em distância compatível com a viabilidade operacional da Administração;
- 4.1.14.12. Responsabilidade integral por despesas relativas ao transporte, frete, seguro, carregamento, descarregamento, tributos, emplacamento, licenciamento e demais custos necessários à entrega definitiva do veículo;
- 4.1.14.13. Compromisso de substituição do veículo ou acessórios que apresentarem defeitos, vícios, avarias, incompatibilidades ou desconformidades com as especificações exigidas, sem ônus adicional para a Administração;
- 4.1.14.14. Entrega do objeto em perfeitas condições de funcionamento, conservação e uso, devidamente abastecido em quantidade mínima necessária para testes e recebimento;
- 4.1.14.15. Observância integral às especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência, sendo vedado o fornecimento de produto inferior ou incompatível com os padrões exigidos pela Administração;
- 4.1.14.16. Responsabilidade técnica e operacional pela qualidade, durabilidade, segurança e desempenho do veículo e acessórios fornecidos.

4.1.15. A Administração poderá realizar inspeção e conferência técnica no ato do recebimento, podendo rejeitar o objeto caso sejam constatadas irregularidades, incompatibilidades, defeitos, ausência de itens obrigatórios ou descumprimento das especificações técnicas estabelecidas..

4.2. Providências de Adequação

4.2.1. Não se vislumbram providências de adequação a serem consideradas na solução como um todo.

4.3. Contratações Correlatas ou interdependentes

4.3.1. Não verifica-se contratações correlatas para a viabilidade e contratação desta demanda.



4.3.2. Não verifica-se contratações interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade:

5.1.1. A presente contratação não apresenta impactos ambientais a serem tratados.

5.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.2.1. Na presente contratação será admitida eventuais indicações de marca, característica ou modelo que estejam descritas neste Termo de Referência ou em outro próprio.

5.3. Da vedação de utilização de marca/produto

5.3.1. Não haverá vedação de marca/produto na presente contratação.

5.4. Subcontratação

5.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.5. Garantia da contratação

5.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega:

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 Dias corridos, a contar da emissão da Ordem de Compra/Empenho.
- 6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Ozéas Pinto, 140, Centro, Viçosa/RN. CEP: 59.815-000.
- 6.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 6.5. O prazo de garantia contratual do veículo, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 6.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do veículo pelo período restante, sem quaisquer ônus para a Administração.
- 6.7. A garantia deverá assegurar que o veículo permanecerão em perfeitas condições de funcionamento e uso, durante todo o seu período de vigência, sem qualquer custo adicional para o Contratante, incluindo mão de obra, peças e eventuais serviços de reparo.
- 6.8. A garantia abrangerá todas as manutenções corretivas necessárias para restabelecer o pleno funcionamento do veículo, as quais poderão ser executadas diretamente pelo fornecedor ou por



intermédio de assistência técnica autorizada da marca, que deverá estar localizada no Estado do Rio Grande do Norte.

- 6.9. Entende-se por manutenção corretiva toda intervenção destinada a sanar falhas, defeitos ou vícios apresentados, incluindo substituição de peças, reparos mecânicos, elétricos ou eletrônicos, e demais ajustes indispensáveis à segurança e eficiência do veículo.
- 6.10. As peças substituídas durante o período de garantia deverão ser novas, originais e de primeiro uso, com padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças originais do fabricante.
- 6.11. Uma vez notificado, o contratado deverá providenciar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a retirada do veículo com vício ou defeito das dependências do Contratante, e realizar a reparação ou substituição no mesmo prazo, a contar da data de retirada.
- 6.12. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e justificada do Contratado, desde que aceita pela Administração.
- 6.13. Na hipótese de prorrogação do prazo para conclusão do reparo, o Contratado deverá disponibilizar à Administração, em caráter provisório, veículo de especificação igual ou superior, a fim de assegurar a continuidade das atividades institucionais, até a devolução do veículo original devidamente reparado.
- 6.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem atendimento da solicitação ou apresentação de justificativa formal por parte do Contratado, o Contratante poderá realizar a contratação de terceiros para execução dos serviços necessários, podendo exigir do fornecedor original o reembolso integral dos custos, sem prejuízo da continuidade da garantia contratual.
- 6.15. Todos os custos com transporte, retirada e devolução do veículo, quando relacionados a reparos cobertos pela garantia, serão de inteira responsabilidade do Contratado.
- 6.16. A vigência da garantia, seja ela legal ou contratual, será independente da vigência do contrato administrativo, permanecendo válida até seu término, e permitindo a aplicação de sanções em caso de descumprimento das condições pactuadas, mesmo após o encerramento do contrato principal.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. A fiscalização técnica do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
 - 8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento.
- 8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, podendo ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 8.13. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.14. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de Pagamento

- 8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do seguinte índice de correção monetária:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

Forma de Pagamento

- 8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto o ISS, que poderá ser retido na fonte. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1. São obrigações do Contratante:

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;
- 9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, neste termo de referência ou no contrato;
- 9.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 9.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta dias).
- 9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1.0 Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 10.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- 10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.6. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 10.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 10.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



- 10.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;
- 10.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
 - a. Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias;
 - b. Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.



- i. O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- c. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem anterior, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- d. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem anterior, de 15% a 25% do valor do Contrato.
- e. Para infração descrita na alínea “b” do subitem anterior, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
- f. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem anterior, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
- g. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem anterior a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 11.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



- 11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
- 11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- 11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

I – Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, com a seguinte fundamentação legal: Lei Federal n.º 14.133/2021. Inc. II do Art. 75 da Lei 14.133/21. Será adotado para a seleção o critério de julgamento pelo Menor Preço Por item.

II – Exigências de habilitação

- 12.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- 12.2.1. SICAF;
- 12.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 12.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 12.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 12.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 12.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 12.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 12.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



- 12.8. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 12.10. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 12.11. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 12.12. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.13. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 12.14. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.15. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 12.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- 12.16.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 12.16.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 12.16.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 12.16.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 12.16.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



12.16.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.16.6.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Habilitação econômico-financeira:

12.17. Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Caso não esteja expresso na certidão o seu prazo de validade, será considerada válida a certidão datada dos últimos 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura das propostas.

12.18. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

12.18.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

12.18.2. as empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.18.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.18.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

12.18.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

12.19. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

Habilitação técnica:

12.20. Declaração do fornecedor atestando acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

12.21. Comprovação de aptidão para o fornecimento de objeto similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor estimado da contratação, que será utilizado como critério de classificação de propostas, será elaborado na próxima fase, tendo por base este Termo de Referência, seguindo a metodologia do art. 23 da Lei 14.133/2021 e respectivas regulamentações.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A contratação será atendida através de dotação orçamentária a ser indicada pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, devendo estar consignada no orçamento vigente.



Viçosa/RN, Nesta Data.

Vanda Maria Bezerra de Campos Batista
Matrícula n.º 190.615-1
Secretaria Municipal de Saúde
Secretária Municipal

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://vicosanopaper.link/validador> informando o código verificador: **DOC-311C4B61-2B5B-47A6-8179-6524D570DBF6**





Termo de Referencia - Motocicleta.pdf

Código do documento: DOC-311C4B61-2B5B-47A6-8179-6524D570DBF6

Hash SHA256: 1b90022fa63762eabb291c4a53d6e9dab6cb1b1b23530396ef57a107037b3f01

Hash SHA512: 3861bdfaea1d848f0bc60feaf2bfa506780e2e65688ae5308f8b2b114fc3fb59ab81ef9c9e081a85dec351673d0785fe0663d7aa715ffd06be8b007db4533a9b



Assinaturas



VANDA MARIA BEZERRA DE CAMPOS BATISTA - E-mail: vicosa:vanda - IP:
172.31.20.169 - Documento de identificação informado(CPF): 19124945404 -
Geolocalização: Não informado - Data: 2026-05-27 11:19:13-03:00 -
Navegador: Chrome - Sistema Operacional: Windows.

Vanda Maria Bezerra De Campos